

O plano da Prefeitura para a construção de 150 km de corredores de ônibus tem como argumento a melhoria do trânsito de São Paulo. Essa prioridade que seria dada ao transporte público atrairia os paulistanos que usam carro. Mas essa dedução é rasa e simplista, pois esquece de questões humanas fundamentais: o respeito pelas pessoas e o respeito pelas conquistas que elas conseguiram, com muito sacrifício, e o respeito por milhares de emprego.

O projeto vai causar cerca de 7 mil desapropriações, ceifando hábitos e costumes dos moradores. Também acabará ou levará à falência um número enorme de pequenos proprietários que mantêm os seus negócios há anos para sustento de suas famílias. Causará, ainda, um caos social, acabando com mais de 20 mil empregos em todos os setores da cadeia produtiva.

Quantos desses comerciantes terão dinheiro suficiente para montar um novo negócio? Se esquece, deliberadamente, que as indenizações pagas com as desapropriações são abaixo do mercado, além de não incluírem o valor do ponto comercial e os lucros cessantes.

Se esquece, deliberadamente, que grande parte dos pequenos comerciantes, já tradicionais no seu bairro e com clientela formada, terá de começar do zero, pagando por um novo ponto comercial e reformas para

adequação dos imóveis. Se esquece, deliberadamente, dos comerciantes que estão em imóveis alugados e que sequer receberão alguma indenização, tendo de arcar com todos os prejuízos do fechamento de seu comércio. Se esquece, deliberadamente, dos empregados que serão demitidos. Para onde irão? Onde irão trabalhar? Não há alternativa.

É importante lembrar que a qualidade do transporte coletivo na atual Administração está indo de mau a pior. Há um total descaso da atual Administração, pois permite que quase mil ônibus com mais de dez anos de uso continuem a circular, o que é proibido por contrato. Essa falta de comprometimento com a qualidade dos serviços só beneficia os barões dos transportes, que mantêm em circulação a frota mais velha dos últimos tempos.

Não é à toa que a última pesquisa Origem/Destino do Metrô mostrou que somente a classe média migrou para o transporte coletivo, sendo que a população mais pobre, principalmente da periferia, continua a usar o transporte individual por causa da desoneração fiscal nos veículos novos.

Não se pode pôr nos ombros de uma parcela da população – aquela que será desapropriada e aquela que será desempregada – o ônus da melhoria do trânsito público. Uma política pública competente e que nós temos direito, não se limita a pintar faixas da noite para o dia e nem

promover desocupações deliberadas, valendo-se de um processo arcaico e injusto.

Não pensem que o governo foi bonzinho ao prometer retirar a Avenida Nossa Senhora do Sabará do projeto dos corredores, o que deverá ocorrer nesta sessão. O que houve de fato foi uma evidente derrota da Prefeitura imposta pelas forças populares. Os integrantes do movimento “Não ao Corredor Sabará” estão de parabéns e são um exemplo para todos nós. Forçaram o diálogo, mantiveram-se unidos e mobilizados. Nossos parabéns.

Atualmente, mais moradores e comerciantes prejudicados pelas desapropriações. Os comerciantes da Estrada do Alvarenga, que integra o corredor Nossa Senhora do Sabará, querem também exclusão no projeto. Ali, mais de mil empregos estão em risco.

Na Zona Leste, a Associação dos Empresários do Itaim Paulista luta para mudar o atual traçado, que vai destruir o Centro Comercial, afetando 3.500 empregos diretos.

Na Zona Norte, o projeto do novo terminal de Santana vai pôr abaixo um quarteirão inteiro, que abriga inúmeras lojas, e acabará com 1.200 empregos. No local, há planos de construir também um Shopping Center

integrado. Antes da implantação da obra há previsão do mesmo espaço ser entregue para a iniciativa privada, fato que aliás, está previsto nos outros terminais. E os comerciantes que serão desapropriados? Com certeza eles não terão recursos para adquirir uma loja nesses novos shoppings. Todos estão condenados à falência e os empregos desaparecerão. Quantos empresários, comerciantes estão fadados a perderão tudo!

Pergunto ao governo, pergunto aos seus representantes: Qual a alternativa para essas pessoas – comerciantes e trabalhadores? Como vão ganhar o pão de cada dia?

Gostaria de salientar, mais uma vez, que serão cerca de 7 mil desapropriações. Só no Corredor Guavirutuba serão desapropriados 1.100 imóveis, e outros 1.100 no Corredor Agamenon Pereira da Silva. Ainda na Zona Sul, o local escolhido para o terminal Pedreira afetará o Conjunto Habitacional Ingaí, onde a maioria dos moradores é de idosos, num completo desrespeito a essas pessoas que mereciam viver em paz e com tranquilidade nesta altura da vida.

Os gastos serão bilionários. São 4,7 bilhões de reais só de obras, sem contar as desapropriações que consumirão outros bilhões de reais. Vale lembrar que o congelamento da tarifa de ônibus em R\$ 3,00 onerará os cofres públicos em mais de 8,5 bilhões de reais de 2013 a 2016.

Para pagar as empreiteiras nesse projeto das arábias e bancar o bilionário subsídio das empresas de ônibus a atual Administração não tem dó em abrir o caixa. Enquanto isso, economiza no material escolar dos alunos da rede pública, tirando, por exemplo, dois lápis. A Prefeitura tem alegado falta de verba fazendo com que a população continue com falta de remédios, falta de exames médicos e com mais de 100 mil crianças sem creche e sem escola.

Um projeto dessa envergadura teria de ser amplamente divulgado em todas as mídias – no rádio, na TV, nos jornais, na Internet, com audiências públicas em todos os locais por onde passarão as obras. Mas não é isso que se vê. Na última audiência pública, aqui na Câmara, ouvimos o relato de um comerciante que só em fevereiro ficou sabendo que seria desapropriado, sendo que a abertura da licitação foi publicada no dia 9 de janeiro.

Não bastasse tudo isso, o Projeto dos Corredores vem sendo questionado pelo Tribunal de Contas do Município, que suspendeu as dez licitações em andamento. Ao analisar os documentos verificou que a Prefeitura não indicou a fonte dos R\$ 4,7 bilhões, além de outros problemas, e concluiu que as licitações **não reúnem condições para prosseguimento**.

Gostaria de citar algumas:

Não existe justificativa para o fracionamento da licitação. Todas devem ser realizadas em uma única licitação e não em dez.

Não há recursos orçamentários suficientes para arcar com os desembolsos previstos. Volto a reafirmar: são R\$ 4,7 bilhões só em obras.

O projeto básico está incompleto, faltam especificações técnicas e restringe a competitividade, o que poderá acarretar prejuízos aos cofres públicos.

Pergunto: Por que não aguardamos a liberação do certame licitatório, enquanto discutimos com a sociedade as alternativas viáveis, uma melhor forma de compensar os prejudicados, uma alternativa aos comerciantes e, principalmente, aos que ficarão desempregados?

Quero destacar ainda que os recursos do Governo Federal para a construção dos corredores foi feita em cima de editais de concorrências e que não existem contratos já firmados. Só isso já configura uma ilegalidade, pois não existem os valores para execução dos contratos.

Sabemos que poucos corredores ficarão prontos até 2016, pois o prazo para construção da maioria deles é de 30 meses. Sabemos que é um erro executar todas as obras simultaneamente, pois cidade entrará em colapso.

Um projeto como esse, que mexe com toda a cidade, com a vida, o cotidiano de todos, com os empregos, com os negócios, não pode ser aprovado aos atropelos. Assim como está fazendo com a população, o Executivo quer passar um trator por cima dessa Casa para aprovar em 1ª votação esse projeto de Lei. Por que tanta pressa?

A implantação dos corredores é, ainda, um projeto de zoneamento disfarçado, pois aumenta o potencial construtivo em 4 vezes num raio de 200 metros. Que belo presente estamos dando aos empreendedores imobiliários, pois a construção de novos espigões ficará limitada a essas áreas.

Trata-se de um verdadeiro banco imobiliário e não de um Plano de Mobilidade Urbana. Pretende-se aumentar 4 vezes mais o potencial construtivo e incentivar os empreendimentos, isentando do pagamento das contrapartidas. A cidade de São Paulo, que hoje recebe pela compra das outorgas, não mais receberá, reduzindo os recursos tão escassos, segundo o nosso Prefeito. Estamos abrindo mão desses milionários recursos, por quê?

Sabemos que os imóveis nas linhas de metrô e corredores de ônibus têm uma enorme valorização no entorno e isso, com certeza, empurrará ainda mais pessoas para morar nas periferias.

A percepção é que os corredores foram projetados sem a melhor execução possível e sem o acompanhamento de uma redistribuição das linhas do transporte público e em consonância com as novas linhas do Metro e do Monotrilho.

Tudo o que o burgomestre tem feito é na base da botinada. Cito, por exemplo, as faixas de ônibus que, sem qualquer critério, aviso ou respeito aos motoristas, surgiram da noite para o dia tanto nas avenidas quanto em ruas estreitíssimas. Por ali trafegam ônibus bissanfonados gigantes que mal cabem nas vias, e que contribuíram para causar mais caos na cidade, que tem a maior frota de automóveis do planeta e para acabar com a paciência dos motoristas. Mas o pior: muitas dessas faixas “doiradas”, de doidos, são subutilizadas porque faltou um mínimo de planejamento.

Dinheiro público deve ser gasto com critério. É um dever que os governantes de uns tempos para cá não se dão ao trabalho de seguir e nem de pensar.